

PREFEITO DE CUIABÁ ESTUDA REABRIR ENSINO INFANTIL E CRECHES

Sicom Cuiabá



O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), revelou que sua equipe está trabalhando em um plano para retomada das aulas. Em entrevista realizada no último sábado (25), ele ressaltou que a volta deve ser feita de forma 'lenta e gradual', começando por berçários e escolas de educação infantil, o que busca atender aos pais que precisam retornar ao trabalho presencial após a reabertura das atividades não essenciais

PÁG. 3

Cuiabanos curtem a reabertura

Primeiro sábado pós-quarentena obrigatória, os bares da capital mato-grossense estiveram lotados e as medidas de segurança sanitárias foram ignoradas completamente. Imagens não faltaram para mostrar o 'show' de desrespeito às normas do uso de máscaras e distanciamento foram ignoradas pelos boêmios. Mato Grosso é considerado o epicentro da pandemia no Brasil, mas mesmo assim as pessoas saíram para comemorar e se distrair

PÁG. 6

Dois bebês morrem na Capital

Dois bebês, com menos de 1 ano de idade, estão entre as 42 vítimas do novo coronavírus confirmadas em Mato Grosso, na última quinta-feira (30) segundo boletim da SES. Nos dois casos, os óbitos foram registrados na cidade de Cuiabá, sendo uma menina e um menino. Ao todo, o estado já possui 1.794 óbitos em decorrência da covid-19

PÁG. 6

NOVO HORÁRIO COMERCIAL PODE PERMANECER

Gilberto Leite



Uma ideia proposta pelo prefeito Emanuel Pinheiro, quando anunciou novas medidas de contenção para o retorno das atividades na capital, pode permanecer, caso seja aprovada, após o período de pandemia do novo coronavírus. De segunda a sábado, das 9h às 17h, as atividades do comércio em geral poderá funcionar, porém o funcionamento aos domingos e feriados está vedado. O objetivo é fazer com que os horários desencontrados melhores o fluxo da cidade, aliviando a superlotação dos ônibus e a lentidão do trânsito.

PÁG. 5

Cuiabá se livra da Previdência

Em uma intensa sessão extraordinária, marcada pela troca de 'gentilezas' entre vereadores, a Câmara de Cuiabá aprovou a reforma da Previdência municipal e um projeto de lei que desobriga a Prefeitura de pagar a contribuição patronal ao Cuiabá-Prev durante o período de pandemia. Na reforma, foram mantidas as regras 'mais leves' de idade para aposentadoria; veja o que muda

PÁG. 4

Reabertura de Porto depende de acordos

Localizado as margens do Rio Paraguai em Cáceres, o porto fluvial passou por reforma após 12 anos desativado. O local terá influência nas regiões Oeste e Sudoeste de Mato Grosso, e dará acesso à hidrovia Paraguai-Paraná, mas para entrar em funcionamento, precisa finalizar acordos diplomáticos com o país vizinho, Bolívia, e outros tramites burocráticos. Essa semana, uma reunião entre o governo de Mato Grosso e da Bolívia, discutiu um cronograma de ações para destravar os projetos comerciais ainda este ano

PÁG. 8

MDB lança Kalil Baracat a prefeito

O empresário Kalil Baracat foi escolhido para ser o nome do MDB na disputa eleitoral deste ano em Várzea Grande. Kalil conta com o apoio da atual prefeita Lucimar Campos, de quem foi secretário, e do senador Jayme Campos, ambos do DEM, que o apontam como favorito para a sucessão

PÁG. 5



Divulgação

Milho se torna o novo protagonista

Em Mato Grosso, a demanda pelo milho tem aumentado a margem de lucro para os produtores. O grão, que teve alta de 10,52% nos preços na última semana, foi um dos insumos mais procurados pelas indústrias de biocombustíveis no 1º semestre de 2020. Nos últimos três anos, o estado tem se tornando o principal produtor de etanol de milho do Brasil

PÁG. 7

"Não dá para garantir a volta das aulas"

PÁG. 4

INCONSTITUCIONAL

Governo aciona o Supremo Tribunal Federal para derrubar a lei da Assembleia Legislativa que criou voucher de R\$ 1.100 para professores

Auxílio custaria R\$ 80 milhões

Fernando Frazão/Agência Brasil

Da redação

O governo do Estado acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) para declarar a inconstitucionalidade da lei estadual n. 11.157, que criou o auxílio de R\$ 1.100,00 a professores interinos em Mato Grosso. O governo acusa a Assembleia Legislativa de invadir sua competência ao gerenciar a estrutura dos servidores de carreira, além de criar despesas para o Poder Executivo. O documento também cita que o voucher impactará os cofres públicos em R\$ 80 milhões até dezembro, beneficiando 11.176 profissionais, informações que o Parlamento deixou de levantar, segundo o governo. A ação está sob a relatoria da ministra Cármen Lúcia.

“Realmente, no contexto de crise econômica vivenciada no Brasil, potencializada ao extremo em razão da pandemia associada ao covid-19, a determinação de pagamento de auxílio emergencial cujo montante atingirá pra-

ticamente 80 milhões de reais, é passível de causar severos prejuízos ao Estado de Mato Grosso e comprometer a concretização de inúmeras políticas públicas de extrema relevância, o que impactará a população mato-grossense em sua integralidade”, alega o Poder Executivo.

O governo cita a invasão de competência sobre o gerenciamento da carreira de servidores porque a lei determina que o pagamento deve ser feito a professores da classe V, categoria inexistente no plano de carreiras do Estado. “Desse modo, a fim de justificar o pagamento do auxílio emergencial, há a tentativa de criação de uma classe na carreira de professores na carreira de professor na educação básica”, argumenta na ação.

Na prática, esse benefício foi criado para socorrer profissionais não concursados, que passaram no processo seletivo do Estado e que assinariam contrato com o governo para lecionar o ano letivo de

2020. Contudo, devido à pandemia de covid-19, milhares não conseguiram assinar o contrato, já que as aulas foram suspensas.

O benefício foi aprovado pela Assembleia Legislativa, de autoria das lideranças partidárias, no mês passado, após várias tentativas frustradas de convencer o governo a assinar contrato com os professores interinos. O projeto, no entanto, foi vetado pelo governador por conter vícios de inconstitucionalidade. Após voltar para a Casa, o texto teve o veto derrubado.

Após a promulgação da lei, o governador Mauro Mendes (DEM) anunciou que pagaria o benefício e que não tentaria derrubá-lo. Ao ver o tamanho do custo, mudou de ideia.

Desde que o projeto foi apresentado, foi afirmado que se tratava de texto inconstitucional, já que criava nova despesa para o Executivo. Mesmo assim, o Parlamento continuou com a tramitação.



Ministra Cármen Lúcia será a relatora do processo contra a lei que criou auxílio para os professores interinos

COTA REGIONAL

Associação pede mudanças no ‘Bonifica Unemat’

Gabriel Soares

A Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Mato Grosso (Adunemat) pediu mudanças no projeto de lei nº 648/2020, que cria uma ‘bonificação’ para estudantes mato-grossenses ingressarem nos cursos da Unemat. Em nota emitida nesta segunda-feira (27), a entidade afirma que, se aprovada da forma como está, a lei irá aprofundar as desigualdades já existentes no acesso ao ensino superior.

O projeto prevê que os estudantes mato-

-grossenses tenham um bônus de 20% na nota do Enem que será utilizada como critério para o vestibular. O bônus não diferencia alunos de escolas públicas e particulares. Além disso, o texto estipula que os estudantes que têm direito à cota racial terão que optar, na hora da inscrição, por uma das duas ações afirmativas.

A Adunemat argumenta que cerca de 60% da população mato-grossense se auto-declara negra e, assim como os estudantes de etnias indígenas e quilombolas, ficaria im-

pedida de aproveitar o ‘bônus’ para ingresso na universidade estadual, tendo que competir com os alunos de outros estados do país por uma vaga. Os professores lembram ainda que é preciso separar os estudantes de escolas públicas e privadas.

“Ao não observarmos a composição da população étnico-racial do estado e, ao colocarmos em pé de igualdade aqueles oriundos das escolas públicas e privadas, o projeto em questão pode levar à deterioração das políticas afirmativas tão duramente conquista-

das na Unemat e à manutenção de privilégios delineados pela condição socioeconômica e pertença étnico-racial, bem como ao aprofundamento das desigualdades socioeducacionais em Mato Grosso”, diz trecho da nota.

A entidade reconheceu o esforço para criar uma política afirmativa que facilite o acesso dos mato-grossenses na Unemat, mas destacou que o projeto precisa ser debatido amplamente, além de ser estendido às demais universidades públicas de Mato Grosso. Pediu ainda que seja respeitada a autonomia

da instituição, que dá prerrogativas para que a própria universidade delibere sobre temas dessa natureza.

Os professores afirmaram que pretendem promover debates públicos sobre o projeto de lei, envolvendo a comunidade acadêmica e representantes da sociedade civil, para então deliberar com os Conselhos Superiores da Unemat. Contudo, podem não ter todo esse tempo a seu dispor, já que o projeto de lei tramita em regime de urgência urgentíssima na Assembleia Legislativa, conta com apoio decla-

rado de vários deputados estaduais e só não foi votado ainda porque a Casa de Leis entrou em recesso até o começo de agosto.

INICIATIVA - O projeto de lei surgiu por iniciativa dos estudantes, após a Unemat anunciar que iria utilizar as notas do Enem para admissão no vestibular de inverno deste ano, diante da impossibilidade de realizar as provas no período de pandemia. A iniciativa foi acatada pela deputada Janaína Riva (MDB), que apresentou o projeto de lei e passou a chamá-lo de ‘Bonifica Unemat’.

EM SETEMBRO

Cuiabá estuda reabrir ensino infantil e creches

Gabriel Soares

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), revelou que sua equipe está trabalhando em um plano para retomada das aulas. Em entrevista realizada no último sábado (25), ele ressaltou que a volta deve ser feita de forma ‘lenta e gradual’, começando por berçários e escolas de educação infantil, o que busca atender aos pais que precisam retornar ao trabalho presencial após a reabertura das atividades não essenciais.

Pinheiro lembrou que apesar da reabertura do comércio na última semana, as escolas particulares e públicas seguem com as aulas presenciais suspensas devido ao decreto municipal. A preocupação é que as crianças carreguem o novo coronavírus sem manifestar os sintomas, o que levaria a uma nova explosão de casos, como aconteceu na França e na China após a reabertura das escolas.

Há também uma preocupação quanto à situação dos em-



Emanuel Pinheiro revelou que estuda liberar a reabertura de creches e escolas de ensino básico a partir de setembro

presários que atuam no setor, que têm registrado alto índice de evasão escolar, principalmente nas creches e berçários.

“Apenas as escolas particulares e públicas estão com suas atividades suspensas pelo decreto municipal até domingo, dia 2 de agosto. Estamos estudando [...] a situação muito difícil que está vivendo o berçário e a educação infantil. Está havendo praticamente um colapso econômico do pessoal aí da iniciativa privada que se dedica à educação infantil e ao berçário”, disse.

A volta das aulas presenciais, se autorizada, só deve acontecer a partir de setembro. Ainda assim, Pinheiro ressaltou que “não é uma promessa”, apenas uma possibilidade que está sendo estudada pela equipe técnica da prefeitura.

REDE ESTADUAL - As aulas presenciais da rede estadual de ensino público não devem retornar antes de dezembro em Mato Grosso. A alta taxa de crescimento no número de infectados e de mortos pela pandemia de covid-19 é o mo-

tivo. O planejamento é aplicar as aulas on-line até o mês de novembro, quando a situação será novamente analisada para verificar a possibilidade de retomada das aulas presenciais em dezembro.

De acordo com a apuração da reportagem, quando as aulas forem retomadas presencialmente, as escolas não deverão ter recesso escolar. O objetivo é concluir a carga horária letiva de 800 horas. Uma das preocupações da Secretaria de Estado de Educação (Seduc) é combater os efeitos da pandemia e programar uma recuperação do tempo perdido ao longo de 2021.

ANO LETIVO - Na quinta-feira passada (23), o Congresso Nacional aprovou a conversão em lei da Medida Provisória que desobriga escolas e universidades de cumprir a quantidade mínima de dias letivos em 2020 devido à pandemia. Contudo, segue mantida a obrigação de cumprir as 800 horas, em qualquer quantidade de dias. O projeto seguiu para sanção presidencial.

REVOLUÇÃO LOGÍSTICA

Tribunal de Contas de União renova concessões da Vale e autoriza empresa a construir ferrovia até Água Boa, no Vale do Araguaia

Trilhos para o Vale dos Esquecidos

Ilustração/Ministério da Infraestrutura

Gabriel Soares

Por unanimidade, o Tribunal de Contas de União (TCU) aprovou na quarta-feira (29) a renovação de duas concessões da Vale, liberando o investimento para expansão da Ferrovia de Integração Centro Oeste (Fico) até Água Boa, na região do Vale do Araguaia, em Mato Grosso. O projeto prevê a construção de 383 km de trilhos para ligar Mato Grosso à Ferrovia Norte-Sul no município de Mara Rosa, em Goiás.

“Com a Fico, nós estaremos estabelecendo uma entrada em Mato Grosso e consolidando praticamente, futuras concessões que vão ligar lá do Maranhão ao Porto de Rio Grande. E o Brasil passa a ter deslocamento de trens de Norte a Sul”, pontuou o ministro Augusto Nardes, ao elogiar a decisão do ministro Bruno Dantas, relator do processo no TCU.

Dantas afastou os argumentos de que o ‘investimento cruzado’ é inconstitucional. Argumentava-se que pedir investimentos em Mato Grosso em troca da prorrogação da concessão das ferrovias dos Ca-

rajás (Tocantins e Pará), e Vitória-Minas, (Minas Gerais e Espírito Santo), representaria uma perda para os estados onde a concessão está situada.

O tema foi assunto de intenso debate entre as autoridades de todos os estados envolvidos, que buscavam garantir para si os investimentos bilionários. Para se ter uma ideia, só na Fico serão investidos cerca de R\$ 2 bilhões. A renovação ainda prevê outras contrapartidas da Vale, como a aquisição de trilhos para expansão da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), na Bahia, cujas obras serão realizadas pela Valec, estatal brasileira do ramo ferroviário.

Contudo, Dantas destacou que o governo federal considerou que a prioridade estratégica nacional da Fico é relevante o suficiente para isso e que há entendimento jurídico do Supremo Tribunal Federal (STF) para permitir o ‘investimento cruzado’.

RELEVÂNCIA - A construção da Fico tem imensa importância para a economia de Mato Grosso, especialmente para os municípios do Vale Araguaia,



Construção da Fico em Mato Grosso prevê investimentos de cerca de R\$ 2 bilhões

que tem despontado como nova fronteira agrícola de Mato Grosso. A região é área de Cerrado e já conta com grande número de fazendas de pecuária, cujas pastagens estão sendo convertidas em lavouras para plantio de soja e milho.

Horas antes do julgamento, o governador Mauro Mendes (DEM) apresentou ao ministro Bruno Dantas, em uma reunião realizada por videoconferência, um cálculo de que a ferrovia em Água Boa poderia levar a um incremento de até 30 milhões de toneladas na

produção de grãos em Mato Grosso.

“É uma região que cresceu na pecuária extensiva. Já temos muitas áreas abertas, de muitos e muitos anos. De cinco anos para cá começou a entrar a agricultura. A região tem um potencial gigante de crescimen-

to. Podemos produzir em torno de 30 milhões de toneladas nos próximos cinco, dez anos. Seria um fenômeno. Hoje Mato Grosso produz 70 milhões, então com mais 30 milhões poderíamos romper a casa dos 100 milhões de toneladas”, explicou o governador.

REPASSE PATRONAL

Emanuel nega calote em previdência de servidores

Da redação

O prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) negou que esteja dando um calote na previdência dos servidores públicos municipais de Cuiabá, com a suspensão do repasse patronal previdenciário, aprovado pela Câmara Municipal na terça-feira (28). Em sua defesa, o emedebista afirmou que a medida irá trazer fôlego ao

caixa da Prefeitura, que já foi impactado com a perda de R\$ 81 milhões em receitas por causa da crise econômica reflexo da pandemia de covid-19. As afirmações foram feitas em entrevista à Rádio Nativa, em Cuiabá, nesta manhã de quarta-feira, 29 de julho.

“Essa medida é contemplada na Lei Complementar 173/2020, do governo federal, para

que os estados e municípios possam ter folga no caixa devido à crise da pandemia. Praticamente todas as cidades e estados estão fazendo. Só Cuiabá, nesse período da pandemia, já perdeu R\$ 81 milhões da sua receita. Eles [vereadores de oposição] não têm noção. Não sabem o que falam! São R\$ 81 milhões a menos para você manter os serviços públicos essenciais

funcionando, a cidade limpa, a saúde funcionando e sobrecarregada, além dos casos não-covid”, argumentou.

Ainda de acordo com o prefeito, o Município conta com dois fundos: o previdenciário, mantido com o desconto dos servidores públicos, e o financeiro, mantido com os recursos do Município por meio do repasse patronal. Segundo ele, a Prefeitura

aporta cerca de R\$ 18,5 milhões por mês neste fundo, tornando-o superavitário.

As alegações do prefeito são em resposta às acusações dos vereadores de oposição, que criticaram a mensagem aprovada ontem por 14 votos a 9 e que autorizou o Município a suspender o repasse patronal pelo prazo de fevereiro a novembro deste ano. O montan-

te que vai se acumular deverá ser pago no ano que vem, já sob uma nova gestão.

Para os parlamentares, a decisão poderá prejudicar o pagamento dos inativos. Esta não foi a primeira votação que envolve o repasse patronal. No mês passado, a Câmara aprovou a suspensão da aplicação de juros sobre os pagamentos em atraso.

RISCO À SAÚDE

Cuiabá não tem previsão para reabrir as escolas

Gabriel Soares

Ainda não há uma previsão para que os estudantes de Cuiabá voltem às salas de aula. Em entrevista realizada na manhã desta quarta-feira (29), o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) afirmou que retomar as aulas colocaria mais de 140 mil pessoas para circular, por dia, pela cidade, aumentando significativamente o risco de contágio em Cuiabá.

O prefeito destacou que não é possível garantir o distanciamento entre as crianças nas escolas e, além disso, há o relacionamento entre professores e demais profissionais que trabalham, direta ou indiretamente, na educação.

“Para você ter uma ideia, somente em Cuiabá, entre escolas públicas e privadas,

em todos os níveis, incluindo superior, são 109 mil alunos. Somado a cerca de 30 mil trabalhadores, é um universo aí de quase 140 mil pessoas. É quase um quarto da população cuiabana, fora os colaboradores, os prestadores de serviços”, disse.

A situação dos donos de escola é crítica em Cuiabá. Com o fim das aulas presenciais, a evasão escolar está em cerca de 39% e a inadimplência já chega a 44%. O drama é maior para as escolas de ensino infantil e creches que tiveram cerca de 70% das matrículas canceladas. Isso tem levado empresários a pressionarem o prefeito, com uma carretada realizada na terça (28), pela reabertura das instituições de ensino.

Os empresários do setor argumentam que estão fazendo investi-

mentos para garantir o distanciamento entre os estudantes e professores. Eles garantem que conseguem reduzir os riscos por meio de medidas como o rodízio presencial e reforço na higienização. Contudo, Pinheiro avalia que a “estrutura física das escolas não permite distanciamento, [...] apesar de todo o serviço para evitar”.

Pinheiro havia dito na terça-feira que estuda uma medida específica para o setor das creches e educação infantil, o que busca também garantir que os pais tenham com quem deixar seus filhos durante a volta ao trabalho. Quanto aos estudantes do ensino básico, médio e superior, seguem sendo orientados a frequentarem as aulas virtuais. “As aulas estão suspensas, mas o ensino não”.

INVESTIGAÇÃO

Gaeco mira prefeito que ‘pegou’ salários da saúde

Gabriel Soares

O Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado em Mato Grosso (Gaeco) cumpriu uma série de mandados de busca e apreensão nesta quinta-feira (30) para investigar um suposto esquema criminoso que estaria desviando dinheiro do salário de médicos no município de Rondolândia (1.147 km de Cuiabá).

Foram alvos dos mandados o prefeito de Rondolândia, Agnaldo Rodrigues de Carvalho, a ex-secretária de Saúde Kátia Monteiro, o empresário Nélio de Matos Junior e a empresa F.M. da S Matos - ME, localizada no município de São Francisco do Guaporé, em Rondônia. As buscas foram realizadas na sede da empresa,

no gabinete do prefeito e na Secretaria Municipal de Saúde.

A investigação apura possível prática de crimes contra a Administração Pública por parte de Agnaldo, Kátia e Nélio. Segundo o Ministério Público de Mato Grosso (MP-MT), Nélio se apresenta como responsável pela empresa F. M. DA S. MATOS - ME, que foi contratada pelo Município de Rondolândia para terceirizar a prestação de “serviços de médicos plantonistas”.

O Ministério Público afirma que elementos colhidos durante a investigação apontam que parte dos valores recebidos pela empresa, pagos pelo município, teriam sido desviados pela organização criminosa, ao invés de serem utiliza-

dos para contratação e pagamento de profissionais de saúde.

Além disso, há indícios de que os investigados se articulavam frequentemente, visando manter a empresa como vencedora nas licitações realizadas pelo Município de Rondolândia, sempre com o objetivo de obter vantagens ilícitas.

A ordem de busca e apreensão foi expedida pelo desembargador Marcos Machado, do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, atendendo a pedido apresentado pelo Núcleo de Ações de Competência Originária Criminal (NACOCrim), sob a coordenação do procurador de Justiça, Domingos Sávio de Barros Arruda.

(Com informações da assessoria)

ARRECAÇÃO

Dados do Confaz mostram que estado foi o que teve maior crescimento de arrecadação no Brasil; só o ICMS cresceu 17,34% frente a 2019

MT tem melhor desempenho do país

Gilberto Leite

Gabriel Soares

Apesar da pandemia e do fechamento dos comércios em praticamente todo o estado, a arrecadação do governo de Mato Grosso cresceu quase 15% durante o ano de 2019. Dados do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) confirmam que o estado teve uma queda severa de arrecadação entre os meses de abril e maio, mas começou a se recuperar em junho.

Conforme o Confaz, o Estado já arrecadou R\$ 8,869 bilhões até o mês de junho deste ano, um crescimento de 14,63% em comparação com o mesmo período do ano passado, quando haviam sido arrecadados R\$ 7,737 bilhões. Os dados são referentes ao período de janeiro a junho de 2020, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Os números do Confaz apontam que houve incremento na arrecadação de ICMS este ano. O tributo representa

79,5% do que foi arrecadado este ano, cerca de R\$ 7,05 bilhões. Isso representa quase 90% de tudo que foi arrecadado no ano anterior. Aquela época, o ICMS respondeu por 77,6% da arrecadação, cerca de R\$ 6 bilhões. Ou seja, somente a arrecadação com ICMS cresceu R\$ 1 bilhão na comparação entre 2019 e 2020, o que representa alta de 17,34%.

Esses números colocam Mato Grosso como o estado com melhor desempenho na arrecadação durante o ano. O segundo colocado, Mato Grosso do Sul, teve aumento de 9,61% na arrecadação e 7,55% no ICMS.

Ao todo, apenas cinco estados têm desempenho positivo na arrecadação este ano. Integram a lista Amazonas (4,23%), Pará (3,02%) e Tocantins (0,64%). O Estado que registra maior queda na arrecadação é o Ceará, com 15,05%. Esses números dizem respeito a todos os tributos arrecadados pelos gover-

nos estaduais, incluindo IPVA e taxas.

AUMENTO EM JUNHO - A arrecadação em Mato Grosso registrou quedas nos meses de abril e maio, quando houve uma onda de fechamento de atividades não-essenciais devido à chegada da pandemia. Contudo, reagiu fortemente em junho, com alta de 11,57% em relação ao mês anterior. Neste mesmo período, o ICMS cresceu 12,76%.

DESEMPENHO SETORIAL - Entre os setores da economia, o terciário foi o que representou maior crescimento na arrecadação estadual. Os dados são referentes ao período de janeiro a junho de 2020, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Representado pelo comércio varejista e os profissionais liberais, esse setor arrecadou 15,6% a mais neste ano que no ano passado, mas apresenta trajetória de queda em seu desempenho geral neste ano. Isto porque, em fevereiro, antes da pandemia,



Apesar da pandemia e do fechamento de comércios, arrecadação de ICMS cresceu 17,3% em Mato Grosso no primeiro semestre

apresentava arrecadação de R\$ 565 milhões, que caiu para R\$ 486,7 milhões em junho deste ano, mesmo tendo apresentado crescimento no último mês. Ou seja, o

setor ainda não recuperou o fôlego de antes da pandemia.

Já o setor primário, que representa o extrativismo mineral e a agropecuária, registrou

crescimento de 11,56% na arrecadação este ano. Por fim, o setor secundário, representado pela construção civil, energia e indústrias, teve alta de 7,90% na arrecadação.

VÁRZEA GRANDE

MDB confirma pré-candidatura de Kalil Baracat

Divulgação/MPMT



Ex-secretário de Lucimar, Kalil Baracat

Hugo Fernandes / Assessoria

O presidente do MDB de Várzea Grande, Versides Sebastião, confirmou nesta sexta-feira (31) que o partido vem intensificando os trabalhos em torno da viabilização da candidatura do empresário Kalil Baracat, que deve disputar a Prefeitura nas eleições deste ano. O projeto emedebista tem ganhado musculatura não apenas internamente, mas também conta com a simpatia da própria prefeita Lucimar Campos e do senador Jayme Campos (ambos do DEM), que o apontam como possível sucessor.

Versides considera Kalil uma grande revelação do MDB de Mato Grosso. De acordo com ele, o empresário possui perfil discreto e arro-

jado, tendo alcançado resultados bastante expressivos no período em que fez parte do primeiro escalão da administração Lucimar Campos. “Isso o credenciou dentro do partido e do próprio grupo. Agora estamos colhendo os frutos desse grande trabalho, com viabilidade e chances reais de ele se tornar candidato à Prefeitura”, pontuou.

O empresário presidiu a Sociedade Beneficente Escolar de Várzea Grande entre os anos de 2007 e 2012. Foi eleito vereador por Várzea Grande em 2012. Além disso, assumiu a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo entre os anos de 2017 a 2018 na gestão Lucimar Campos, tendo comandado, na sequência, a pasta de Governo entre 2019

e 2020. “E ele está preparado para fazer muito mais por Várzea Grande”, analisou Versides.

TRADIÇÃO POLÍTICA - Sarita Baracat, sua avó, foi prefeita de Várzea Grande entre os anos de 1967 a 1970. Ao passo que seu avô, Emanuel Benedito Arruda, mais conhecido como “Caboclo”, foi vereador entre os anos de 1974 a 1977. Seu pai, Nico Baracat, iniciou sua carreira política em 1989, quando se elegeu vereador pelo município. Foi deputado estadual entre 1995 e 2002. Além disso, foi vice-prefeito de Várzea Grande e ocupou o cargo de secretário-chefe de Gabinete do governador do Estado e de secretário de Cidades de Mato Grosso.

‘EQUILÍBRIO FISCAL’

Arrecadação cai 37% em VG, mas Lucimar descarta crise

Da redação

A prefeita Lucimar Campos (DEM) garantiu que mesmo com a queda de 37% na arrecadação de impostos, a situação financeira do município é estável. Lucimar explicou que a Prefeitura tem mantido o equilíbrio financeiro graças às duas parcelas, de um total de quatro, dos recursos federais destinados a recompor a queda na arrecadação causada pela crise do novo coronavírus, além da verba destinada às ações de saúde.

“Estes recursos mais a arrecadação própria permitem que a administração municipal continue mantendo serviços de interesse da cidade e de sua gente,

além de pagar todas as suas obrigações quanto a obras, fornecedores e até mesmo empréstimos e impostos, já que o Poder Público Municipal também paga impostos, assim como todos os cidadãos”, disse.

Lucimar afirmou que não pretende utilizar as ‘vantagens’ criadas pelo governo federal para aliviar o caixa das prefeituras, como a suspensão do pagamento da contribuição patronal da Previdência - que já foi adotada em Cuiabá - e a suspensão nas dívidas com aval da União.

“Existe uma série de vantagens aprovadas em lei, que poderíamos acionar, mas não vemos motivos e nem necessidade, pois nossas obrigações estão sendo

cumpridas. Não endividamos o município além de sua capacidade e pagamos nossos compromissos rigorosamente nos prazos pactuados”, pontuou.

Os investimentos previstos pela Prefeitura para este ano, que somam mais de R\$ 500 milhões - incluindo recursos federais, estaduais e municipais -, serão mantidos e o calendário anunciado no início do ano será seguido rigorosamente.

“Quem assumir a administração municipal vai receber uma cidade infinitamente melhor do que a que encontramos em 2015 e, o melhor de tudo: com obras em execução, dinheiro em caixa e uma situação estável”, concluiu.

DISPUTA EM CUIABÁ

Pré-candidata, Gisela promete lutar por creches

Da redação

A advogada Gisela Simona (Pros), ex-secretária-adjunta do Procon, anunciou sua candidatura à prefeitura de Cuiabá nesta quinta-feira (30), por meio de suas redes sociais. Em vídeo, Simona destacou sua atuação por vários anos na defesa do consumidor e garante que vai lutar por tarifas mais justas no transporte coletivo.

“Sei que o jogo é pesado, os concorrentes têm muito dinheiro e megaestrutura de campanha. Mas, se tem uma coisa que a vida me ensinou, foi vencer na adversidade. Estamos trabalhando na construção de um projeto que visa uma gestão eficiente, limpa, que enfrente os

sam ter seus filhos na creche”, afirma.

Gisela Simona, além de comandar o Procon por vários anos, também foi candidata a deputada federal nas eleições de 2018, na qual obteve votação expressiva de mais de 50 mil votos. Ela foi a candidata mais votada na capital, com mais de 33 mil votos e ficou na primeira suplência na chapa que elegeu o deputado federal Neri Geller (PP).

“Estamos trabalhando na construção de um projeto que visa uma gestão eficiente, limpa, que enfrente os

desafios pós-pandemia com coragem, sem perder a ternura”, disse.

Inicialmente, a advogada iria disputar a vaga ao Senado que ficou aberta com a cassação da juíza Selma Arruda, por prática de caixa dois e abuso de poder econômico durante a campanha eleitoral de 2018. Só que os planos de Gisela tiveram que ser revistos após o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) optar por realizar a eleição suplementar ao Senado junto com o pleito municipal. Dessa forma, ela teve que optar por um dos dois cargos.

A previsão inicial é que as eleições ocorram no dia 15 de novembro, em primeiro turno, com o segundo turno no dia 29 de novembro.

TRISTE CENÁRIO

Com menos de 1 ano de idade, as crianças estão entre as vítimas da doença registrado na última quinta-feira (30.07) em Mato Grosso

Dois bebês morrem de covid-19

Lucas Ninno/ Ilustração

Da redação

Dois bebês, com menos de 1 ano de idade, estão entre as 42 vítimas da covid-19 confirmadas em Mato Grosso, na quinta-feira (30). Nos dois casos, os óbitos foram registrados na cidade de Cuiabá, sendo uma menina e um menino. Ao todo, o estado já possui 1.794 óbitos em decorrência do coronavírus.

Em nível nacional, a incidência de mortes na faixa etária abaixo de um ano é menor do que a faixa de 60 e 70 anos. Porém, a quantidade de bebês mortos pela covid-19 no país assusta. Até o dia 25 de julho, o último Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde informava que

182 crianças dessa idade já tinham morrido em razão da doença, número que já foi superado nesta semana.

O Boletim Nacional também advertiu que, até a data em questão, 1.441 bebês com menos de 1 ano estavam hospitalizados por causa da covid-19. Outras 2.271 crianças nessa faixa etária recebiam tratamento para combater Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) e estão em investigação.

Em Mato Grosso, além das mortes confirmadas, a Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT) também relacionou mais 1.684 novos casos ao novo coronavírus no estado, que no acumulado chegam a 50.538 confirmações.

Desse total, 18.284 estão em monitoramento e 30.460 estão recuperados.

Entre casos confirmados, suspeitos e descartados para a covid-19, há 301 internações em UTIs públicas e 316 em enfermarias públicas. Isto é, a taxa de ocupação está em 86,34% para UTIs adulto e em 35,75% para enfermarias adulto.

Dentre os dez municípios com maior número de casos de covid-19, estão Cuiabá (11.214), Várzea Grande (4.055), Rondonópolis (3.208), Lucas do Rio Verde (2.812), Tangará da Serra (2.077), Sorriso (1.930), Sinop (1.892), Primavera do Leste (1.755), Nova Mutum (1.417) e Pontes e Lacerda (933).



Nos dois casos, os óbitos foram registrados na capital, sendo uma menina e um menino

NOITE AGITADA

Covid é ignorada por cuiabanos

Da redação

Após 28 dias de quarentena obrigatória em Cuiabá, os frequentadores de bares deram um 'show' de desrespeito às normas sanitárias na noite de sábado (25), após a liberação para retomada das atividades não essenciais. Na primeira noite sem o toque de recolher, o uso de máscaras e o distanciamento foram ignorados pelos boêmios.

Fotos e vídeos mostram aglomeração, abraços e bebedeira, tudo às claras e sem seguir as normas que ajudam a prevenir o contágio pelo novo coronavírus. Mato Grosso é considerado o epicentro da pandemia no Brasil, mas mesmo assim as pessoas saíram para comemorar e se distrair.

O desrespeito às medidas de prevenção vai contra orientações das entidades que representam o setor e que batalharam para acabar com a restrição ao comércio, como Fecomércio e Fiemt. Quando houve a liberação, ambas as entidades emitiram nota para lembrar que a pandemia não acabou e pedir respeito às normas de proteção.

"Para aqueles que decidirem abrir as portas, é preciso fazer com toda segurança possível. Nós das entidades representativas - como Fiemt, Fecomércio, CDL Cuiabá, CDL Várzea Grande, FCDL, Facmat, ACC Cuiabá - continuamos à disposição para apoiar com orientações, protocolos, materiais informativos e o que mais for necessário para que os empresários estejam plenamente cientes sobre o que devem fazer", informava nota.

E por fim, a entidade fazia um pedido especial à população: "É fundamental que estejamos conscientes dos riscos, e por isso devemos evitar aglomerações e sair de casa apenas para o que for realmente necessário. Mais do que nunca contamos com a colaboração de todos".

O decreto estadual que liberou funciona-



Maju Souza/ RepórterMT

Bares localizados na Praça Popular, em Cuiabá

mento de bares e restaurantes proíbe a formação de aglomerações e exige que sejam cumpridas as normas de biossegurança. Empresários que forem flagrados desrespeitando as normas podem até ter a licença para funcionamento suspensa temporariamente.

Policiais militares, agentes de Vigilância Sanitária e da Secretaria de Mobilidade Urbana até estiveram na Praça Popular, local que concentra bares e restaurantes na capital, mas apenas orientaram os donos dos estabelecimentos sobre a necessidade de seguir as regras de prevenção.

REABERTURA - A volta do comércio atendeu à decisão do juiz José Luiz Leite Lindote, da Vara da Saúde Pública de Mato Grosso. O magistrado determinou em decisão liminar que o Executivo Municipal acompanhe o decreto 522/2020, do governo do Estado, que classifica o risco de contaminação por cidade e derrubou todas as medidas que restringiam o funcionamento de atividades não essenciais.

No sábado (25), o prefeito Emanuel Pinheiro disse que tudo ocorreu de uma hora pra outra, lembrando que a quarentena coletiva obrigatória seria prorrogada por mais 14 dias, mas no outro dia tudo mudou e não haveria mais quarentena.

"A decisão é que a partir de agora, seria o Estado que definiria

as novas diretrizes das medidas restritivas no combate à pandemia. Até aí tudo bem, mas esqueceram de conversar com os executores dessas medidas, os prefeitos e a população de Cuiabá e Várzea Grande. Defendo o trabalho, o emprego, as empresas, o setor produtivo, as atividades econômicas, o setor produtivo, as pessoas precisam ganhar o seu dinheiro, seu salário, para sustento das famílias. No entanto, não podemos ignorar que estamos numa pandemia. Não estamos em momento de normalidade", disse.

Durante a quarentena coletiva obrigatória em Cuiabá, a Secretaria Municipal de Ordem Pública lavrou autos de infração contra 92 estabelecimentos comerciais que descumpriram medidas previstas nos decretos que visam combater a proliferação da covid-19, que somam R\$ 81.365,60, entre 25 de junho e 18 de julho; 93% das multas foram no valor mínimo de R\$ 609,03. O valor máximo aplicado foi de R\$ 6.090,30, no caso de alguns estabelecimentos reincidentes.

DENUNCIE - A população pode ajudar a fiscalização da Secretaria de Ordem Pública pelo Disque-Denúncia (65) 3616-9614, que atende de segunda a sexta-feira, em horário comercial. Nos demais horários, finais de semana e feriado, as denúncias devem ser feitas pelo 190.

CONTRA O COVID

Atividades em condomínios devem continuar suspensas

**Naiara Leonor/
Assessoria de Imprensa**

Estão suspensas todas as atividades que possam ocasionar aglomerações em espaços de uso comum em condomínios residenciais no Município de Cuiabá. A decisão consta em decreto nº 8.020, de 27 de julho de 2020 e também foi anunciada em live do prefeito Emanuel Pinheiro na tarde desta segunda-feira (27).

"É a sua atitude que vai definir o comportamento do vírus em Cuiabá, o comportamento de cada um é quem vai decidir o momento em que vamos limpar a cidade do poder nocivo do novo coronavírus. Conto com o apoio e solidariedade de todos vocês", pontou o prefeito de Cuiabá.

O documento cumpre decisão judicial do juiz José Luiz Leite Lindote, da Vara da Fazenda Pública de Várzea Grande, na quinta-feira (23) que determinou que o mu-

nício de Cuiabá siga as normativas determinadas pelo Governo do Estado de Mato Grosso.

Na última sexta-feira (24), o Executivo Estadual publicou seu decreto de nº 573, autorizando a volta das atividades econômicas e dando autonomia aos municípios, mediante justificativa com dados locais concretos, para adotar medidas mais restritivas.

O uso por parte dos condôminos das áreas comuns dos condomínios residenciais já havia sido suspenso em decreto municipal de nº 7.920, de 14 de maio de 2020. O novo decreto é válido pelos próximos 15 dias. Sua aplicação será monitorada com parecer de sete em sete dias, para possibilitar a volta com segurança as atividades, sempre seguindo as medidas de biossegurança para conter a propagação da COVID-19.

CONFIRA TRECHO DO DECRETO Nº 8.020 - Art. 12. Fica mantida

a suspensão de atividades de qualquer gênero, nos seguintes espaços de uso comum dos condomínios residenciais no âmbito do Município de Cuiabá:

Salões de jogos e salas de cinema; Espaços kids, como playgrounds, brinquedotecas; Piscinas; Salões de festa; Quiosques e espaço gourmet.

Parágrafo único. Nos campos de futebol, quadras de esportes e similares, fica vedado o uso coletivo de tais espaços, possibilitada a utilização por condôminos pertencentes ao mesmo grupo familiar, desde que observada a limitação de 5 (cinco) pessoas.

Art. 13. Os clubes de lazer em geral, observarão o horário de funcionamento das quartas-feiras à domingo, 9h às 16h, vedada a prática de atividade coletiva, esportiva ou de lazer, aptas a causarem aglomeração e contato físico dos praticantes.

CASO ISABELE

Médico preste depoimento e relata situação desesperadora

Da redação

O médico Wilson Melo Novaes prestou depoimento na manhã desta sexta-feira (31) na Delegacia Especializada do Adolescente (DEA). Ele revelou que encontrou uma situação de desespero na casa do empresário Marcelo Martins Cestari no dia em que Isabele Guimarães Ramos foi morta com um tiro na cabeça.

O único laudo preliminar emitido pela Politec até o momento foi o exame de necropsia de Isabele, o qual aponta que a adolescente levou o tiro no rosto, a uma curta distância. Esse laudo contradiz até então a versão apresentada pela adolescente autora do disparo, que durante

oitiva na Delegacia Especializada de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) afirmou que o disparo teria acontecido quando a arma (pistola calibre 380) caiu no chão.

O médico, que também é neurocirurgião assim como o pai de Isabele, foi chamado ao local do crime pela mãe da adolescente, Patrícia Hellen Guimarães Ramos.

Wilson relatou que chegou no condomínio logo após a chegada do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).

"Eu vim ser ouvido como testemunha, pois eu estava lá após o crime e muitas coisas ainda precisam ser apuradas e a verdade tem que aparecer" disse o médico.

O neurocirurgião relatou que, em tese, foi comunicado do crime rapidamente e, no local, chegou a encontrar outro médico identificado como Garibaldi, chamado por Marcelo Cestari.

Para completar, Novaes disse que um ponto chave para elucidar o crime é a polícia descobrir a hora em que ocorreu o disparo que matou Isabele Ramos.

"Eu cheguei lá para dar um apoio. Ela [Patrícia] estava completamente desesperada, mas a verdade vai aparecer", pontuou.

Além do médico, será ouvido na DEA um policial civil que estava de folga no dia do crime e esteve na casa do empresário a convite de Marcelo.

“FABRICAS DE GUERRA”

No estado, parques industriais se transformaram para combater à pandemia, principalmente para atender a demandas do setor da saúde

Covid provoca revolução industrial

Assessoria de Imprensa

Da redação

A pandemia da covid-19 forçou uma cisão histórica no modo operacional de muitas indústrias. As mudanças – características de períodos de guerra e conhecida como reconversão industrial –, transformaram parques industriais em escala mundial. Inevitavelmente, o fenômeno chegou a Mato Grosso, que devido à alta da capacidade ociosa da indústria tem reaproveitado algumas de suas estruturas para atender a demandas da saúde para combater a atual crise sanitária.

“Adaptações de parques industriais para necessidades especiais durante um período ocorrem em períodos de guerra. As empresas que paravam suas produções passavam a produzir artefatos militares, um fato que ocorreu principalmente na Segunda Guerra Mundial”, recorda Gustavo de Oliveira, presidente da Federação das Indústrias de Mato Grosso (Fiemt).

Depois de três meses de a Organização Mundial da Saúde classificar a incidência do novo coronavírus em pandemia, no fim de junho deste ano, 40% das indústrias mato-grossenses registraram redução na produção. Outros 4% disseram que precisaram fechar temporariamente durante a pandemia, conforme pesquisa feita pela Federação das Indústrias.

O fenômeno fez aumentar a capacidade ociosa da indústria no estado e tornou alguns espaços passíveis de re-adaptações. Uma parte deles mudaram seus formatos e passaram a atender as demandas do setor da saúde para ajudar no controle da crise sanitária.

“Na pandemia muitas indústrias estão fazendo esse processo [reconversão] para atender, principalmente as necessidades do sistema da saúde. Pelo mundo, vemos montadoras de automóveis se especializando para produzir componentes para atividades hospitalares, como respiradores, dentre tantas outras necessidades da frente de combate à pandemia”, cita Gustavo.

Exemplos do tipo também já ocorrem em Mato Grosso. Ao completar 25 anos de concepções, a empresa Hora H Malhas praticamente parou sua produção com o início da pandemia em março. A saída para não fechar as portas foi adaptar sua estrutura para produção de máscaras e tapetes higienizadores.

“Mudamos totalmente. No começo só fazíamos máscaras e ela demanda mais mão de obra e gerava menos renda do que as camisetas que fazíamos. Então pensei na ideia de um tapete higienizador e, depois de muitas experiências e testes, desenvolvi um produto.

Isso fez toda a diferença, porque acabou tendo muita demanda e o lucro passou a ficar próximo ao que era antes só com as camisetas”, relata Adriana Prass, uma das proprietárias da fábrica.

O resultado da experiência da malharia foi compartilhado para indústria do setor como case a ser replicado. “Muitos estão dispensando funcionários e fechando. Fiquei preocupada com isso e optei por compartilhar minhas ideias. Vejo que este é um momento de parceria e ajuda mútua para que todos se mantenham no mercado”, pondera Adriana.

O mesmo processo de transformação ocorreu com a unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Mato Grosso (Senai MT), que transformou o espaço do centro de eventos da unidade em Curitiba em uma indústria de máscaras.

“Na unidade do Senai, localizada no bairro Porto, reunimos todas as nossas máquinas de costura e montamos uma grande fábrica de máscaras. Graças a um grande esforço, otimizamos o custo da produção e cada máscara sai por R\$ 1,90. Enquanto isso, o custo médio nacional do mesmo produto é de R\$ 2,36”, explica Gustavo de Oliveira.

A confecção de máscaras pelo Senai já ultrapassou a marca de 2 milhões de itens pro-



Cerca de duzentos profissionais de costura se revezam em três turnos para produzir pelo menos 1 milhão de máscaras por mês

duzidos. A ação, realizada em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde, beneficia os profissionais da saúde que atuam diretamente no combate ao coronavírus nos hospitais e, também, é fonte de renda para 100 pessoas.

“Isso usa a capacidade ociosa do Senai, que

teve os cursos interrompidos na pandemia, mas temos muitas indústrias que também estão com a capacidade ociosa e tem apoiado nesse esforço”, reforça Gustavo.

“Isso é uma reconversão industrial que pode ser feita com eficiência. A indústria [mato-grossense] tem

escala, disponibilizada e know-how para apoiar o setor da saúde, que não precisa comprar insumos e equipamentos de indústrias da linha – que já estão saturadas e por isso tem um custo adicional para incrementar volume de produção”, sintetiza Gustavo.

PRÓXIMA DÉCADA

Mapa prevê crescimento de 27% na produção de grãos

Da Redação

O Ministério da Agricultura (Mapa) prevê um crescimento de 27% na produção de grãos do país para próxima década. No dia em que a pasta comemora 160 anos de existência, pesquisa mostra que o setor segue promissor, mesmo diante da pandemia da covid-19 iniciada em março deste ano.

Atualmente o agropênis é responsável por 21% do Produto Interno Bruto (PIB) e 20% dos empregos no país. O Brasil exporta para mais de 200 países e 1,5 bilhão de pessoas têm algum alimento no seu prato que vem da nossa agropecuária. O país é o terceiro maior exportador mundial de produtos agrícolas e o principal produtor e exportador de produtos importantes como açúcar, café, suco de laranja, soja em grãos e carnes.

Na próxima década, a produção de grãos do Brasil deverá aumentar 27%. Dentre as proteínas de origem animal a previsão é de crescimento para as três principais fontes, carne bovina (16%), suína (27%) e frango (28%).

“A área plantada de grãos vai aumentar

16,7% e a produção deve aumentar 27%. Isso significa que o crescimento vai se dar pelos ganhos de produtividade. Mesmo nas áreas de fronteira, a produtividade vai puxar o crescimento, não a área. Mesmo quando usamos um indicador mais completo para a produtividade, a taxa prevista é elevada”, comenta José Garcia Gasques, coordenador-geral de Avaliação de Política da Informação do ministério e um dos coordenadores das projeções.

O relatório aponta que a agropecuária brasileira tem um cenário promissor para os próximos dez anos, apesar da ocorrência da pandemia da covid-19, que afetou a trajetória da economia nacional ao longo deste ano e atingiu algumas atividades agropecuárias, como as das hortaliças, frutas e leite. “A pandemia, entretanto, não afetou a safra de grãos e a produção e distribuição de carnes bovina, suína e de aves”, ressalta José Garcia.

Na projeção para a próxima década, o Brasil vai saltar dos atuais 250,9 milhões de toneladas em 2019/20 (de acordo com levantamento da Conab de

maio/2020) para 318,3 milhões de toneladas, incremento de 27% à produção nacional. Algodão, milho de segunda safra e soja devem continuar puxando o crescimento da produção de grãos.

O trabalho apresenta também projeções regionais para o setor rural. Mato Grosso deve continuar liderando a expansão da produção de milho e soja no país.

De acordo com o coordenador da pesquisa, o estudo indica que os maiores aumentos de produção e de área da cana-de-açúcar devem ocorrer nos estados de Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais. “Mas São Paulo, como maior produtor nacional, também, projeta expansão elevada de produção e de área desse produto”, afirma Gasques.

A expansão da agropecuária exigirá investimentos em infraestrutura, pesquisa e financiamento, assinala o estudo. De acordo com Gasques, a pesquisa tem por objetivo indicar direções de crescimento da agropecuária e fornecer informações aos formuladores de políticas públicas para as tendências dos produtos do agronegócio.

BIOCOMBUSTÍVEL

Milho ganha protagonismo no agro em Mato Grosso

Da redação

A demanda por milho tem aumentado a margem de lucro para os produtores em Mato Grosso. O grão, que teve alta de 10,52% nos preços da semana anterior (17), foi um dos insumos mais procurados pelas indústrias de biocombustíveis ao longo do 1º semestre de 2020. Ao longo dos últimos três anos, o estado tem se tornado o principal produtor de etanol de milho do Brasil.

A produção de etanol com base no milho atingiu o volume de 99,44 milhões de litros desde abril, valor que teve crescimento de 79,04% ante a quantidade registrada em 2019, aponta relatório da União de Cana-de-Açúcar (Única-data). Para a entidade, a alta indica uma maior utilização do cereal nas usinas.

Antes da expansão das usinas voltadas para o processamento do milho em Mato Grosso, o grão era praticamente usado para alimentação animal, com pouco valor agregado. O avanço da industrialização começou a partir de 2017, com a chegada de novos investidores na região.

“Com a verticalização, o produtor começou a apostar novamente no milho, elevando-o, ao lado da soja, à condição de protagonista na produção estadual de grãos”, analisa César Miranda, titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sedec).

Atualmente o estado conta com 12 plantas de etanol, das quais metade tem o milho como matéria-prima. As demais instalações do segmento de biocombustíveis, utilizam insumos como a soja e a cana-de-açúcar.

“É importante frisar que o etanol de milho é resultado de uma produção limpa, onde tudo é aproveitado. Após o etanol, os resíduos se transformam em DDG, proteína para ração animal”, ressalta César Miranda.

VALORIZAÇÃO – A valorização do cereal em Mato Grosso é influenciada por diversos fatores. Além do maior processamento de milho por parte das usinas de etanol, a demanda da pecuária, elevação do dólar e a alta exportação registrada em 2019 têm contribuído para a elevação no preço, segundo o Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea).

Em decorrência disso, no mês passado, o agricultor pode garantir a venda da sua produção com média de R\$ 31,58 por saca (sc) para a safra 2019/20 e R\$ 30,06/sc para a safra futura 20/21. Segundo o instituto, os valores refletem um crescimento de 27,22% e 29,79% em relação ao mesmo período da safra 2018/19, respectivamente.

“Apesar da desaceleração econômica mundial, o preço do cereal mato-grossense pode ser sustentado nos próximos meses pelas expectativas de aumento na demanda pelo grão, principalmente para a produção de biocombustível dentro do estado”, prevê técnicos do Instituto.

Com relação à produção de biocombustíveis, entre biodiesel e etanol (anidro e hidratado) foram produzidos 581,6 mil m³ e 1,24 milhão de m³, que representa um aumento de 3,9% e 52,4%, nessa ordem, ante ao 1º semestre de 2019.

“No caso do biodiesel, isso foi reflexo da demanda firme por diesel no estado, sobretudo pelo setor da agricultura”, aponta o Imea.

PORTO DE CÁCERES

Para entrar em funcionamento, a estrutura precisa finalizar acordos diplomáticos com a Bolívia, e outros trâmites burocráticos

Acordos viabilizam reabertura

Da redação

Localizado a margem esquerda do rio Paraguai, no município de Cáceres (219,5 km de Cuiabá), o porto que leva o mesmo nome da cidade está pronto para retomar suas atividades. O local passou por reforma após ficar 12 anos desativado e deverá ampliar o comércio entre o Brasil e os países vizinhos, integrantes do Mercosul.

O porto terá influência nas regiões Oeste e Sudoeste de Mato Grosso, e dará acesso à hidrovía Paraguai-Paraná. A estrutura pode ser acessada pelos produtores da região por meio da rodovia BR-070, que liga Cáceres a Cuiabá, e da BR-174, que liga Mato Grosso a Rondônia.

Para entrar em funcionamento, a estrutura precisa ainda finalizar acordos diplomáticos com a Bolívia, e outros trâmites burocráticos.

O assunto voltou a ser tratado ao longo desta semana entre os governos do Estado de Mato Grosso e da Bolívia. Durante o encontro, em Cuiabá, as partes determinaram um cronograma de ações para destravar os projetos comerciais e estruturais ainda neste ano. Um novo encontro, para efetivação de um dos proje-

tos, está agendado para o próximo dia 17.

“Vimos para ter uma reunião que consideramos produtivas e muito prática porque elaboramos um calendário para poder ir desenvolvendo cada uma destas atividades, como gás, como aeroporto, comercialização, os estudantes universitários [Revalida medicina] e também as rodovias. A Bolívia está sempre disposta a estreitar laços com Mato Grosso, há uma tradição antiga de amizade e 900 km de fronteira”, declarou Wilfrido Rojo Paradas, embaixador da Bolívia no Brasil.

O diálogo diplomático entre Brasil – por meio de Mato Grosso – e Bolívia permitirá a ampliação do comércio da região central do país com os demais países do Mercosul. Alguns produtos estão entre as principais demandas para importação pela região de influência do porto de Cáceres.

“Grandes regiões produtoras de soja, como Tangará da Serra e Diamantino, serão beneficiadas com a hidrovía. Poderão escoar suas produções a um custo de frente bem mais barato e enviar produtos para além da Bolívia, como Paraguai, Uruguai, Argentina e até para a



Ronivon Barros

Em um raio de 400km, o porto de Cáceres deverá beneficiar a produção de soja, milho e a venda de rebanhos

União Europeia”, explica Francis Mari, prefeito de Cáceres.

Ureia, cloreto de potássio, cimento, trigo e até cevada devem chegar pela hidrovía a Mato Grosso. Na volta, as embarcações devem levar soja, algodão, milho, carne bovina e teca para a Bolívia e seguir para outros países como Uruguai e Argentina.

“Houve uma mudança de governo na Bolívia e é importante que venham, mais uma vez, em Mato Grosso trazerem projetos, onde agora a iniciativa privada pode participar. Trabalhamos para facilitar o intercâmbio comercial entre Mato Grosso e Bolívia, pois de uma forma concreta teremos contratos assinados e desenvolveremos uma série de pro-

jetos”, pondera César Miranda, Secretário de Desenvolvimento Econômico (Sedec).

PORTO DE CÁCERES – Em um raio de 400 km, o porto de Cáceres deverá beneficiar regiões que produzem juntas mais de 4 milhões de toneladas de soja, 13,3 milhões t de milho e conta com um rebanho de superior a 12,1 cabeças de gado.

A hidrovía Paraguai-

-Paraná possui 890 km de extensão no Brasil, sendo que, desses, 485 km estão em território mato-grossense. No trecho Cáceres-Corumbá, o canal possui 45m de largura e 1,80m de profundidade, tendo um calado médio de 6 pés durante 70% do ano. Atualmente a Associação Pró-Hidrovía do Rio Paraguai (APH) é responsável pelo porto.

Andréa Lobo/ Vice-Governadoria-MT



No caso dos feirantes que tiveram suas atividades suspensas, o auxílio é essencial para o sustento das famílias

AUXÍLIO

Programa Renda Solidária ampara autônomos em Cuiabá

Da redação

A fim de minimizar a crise do setor por conta da pandemia, a Prefeitura de Cuiabá criou o Renda Solidária, programa de transferência de renda para 1.687 trabalhadores autônomos, dentre feirantes, ambulantes, transporte escolar, carroceiros e catadores de recicláveis.

Por meio do Renda Solidária, esses trabalhadores inscritos na Prefeitura de Cuiabá vão receber o valor de R\$ 500,00 pelo período de três meses. As parcelas quitadas até o momento são referentes aos meses de maio e junho, totalizando R\$ 1 mil para cada trabalhador e um aporte total do município no valor de R\$ 958 mil. Conforme a programação, a última cota deve ser paga no início de agosto.

No caso dos feirantes, representantes alegam

que parte das famílias encontra dificuldade em acessar o benefício. “Esse auxílio não foi um pedido nosso, foi um compromisso feito pelo prefeito a nós e isso criou uma expectativa, pois chegaram ao ponto de não ter ninguém e nós feirantes ficamos desamparados. Identificamos que uma parte, quase 280 pessoas, ainda não recebeu nenhuma parcela. Quando entramos em contato com a secretaria, somos informados que o problema é com o banco ou cadastral, mas ao verificarmos não tem nada de errado”, relata Márcio Carreiro.

Em resposta à reclamação dos feirantes, a Secretaria de Agricultura, Trabalho e Desenvolvimento Econômico disse que se empenha para solucionar problemas técnicos no pagamento do auxílio do programa Renda Solidária de 75 feirantes.

“A pasta pede que aqueles que ainda não receberam o auxílio entrem em contato para análise da situação. Em alguns casos já solucionados, foram detectados, por exemplo, erros no número da conta, falta de especificação em caso de conta corrente ou poupança”. A pasta disponibiliza os telefones (65) 3645-7250 ou (65) 3645-7251 para contato.

O valor total do programa Renda Solidária é de R\$ 2.530.500. O refinanciamento do recurso é feito da seguinte forma: R\$ 660 mil da suspensão das verbas indenizatórias (VI) do prefeito, vice-prefeito e secretários; R\$ 870,5 mil transferidos dos serviços administrativos da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária; e R\$ 1 milhão de encargos de tarifas bancárias.

OPORTUNIDADE NA CRISE

“Todo mundo pode crescer na pandemia”, diz diretor

Da redação

O diretor do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Mato Grosso (Fecomércio-MT), Junior Macagnam, afirmou que o comércio está se reinventando nesta pandemia para conseguir sobreviver, utilizando de sistemas de retirada no local e de entregas, assim como venda por aplicativos de mensagens e redes sociais. As falas foram feitas durante entrevista à Rádio Capital FM, na de quinta-feira, 30.

Ele também destaca a Medida Provisória 936 do governo federal, que permitiu a redução de sa-

lários e a suspensão de contratos de trabalho. Ele também cita o Pronampe, que permitiu o empréstimo de 30% do faturamento do ano anterior com juros mais baixos.

“Está todo mundo se reinventando, é entrega em casa, vendas pelo Facebook, Whatsapp. Todo mundo se reinventando. O importante salientar é que o fechamento não vai acabar com a doença. Nós fechamos as nossas empresas para o poder público fazer a parte dele e organizar a estrutura”, afirmou.

Ele ainda disse que as pessoas que não estão fazendo a sua parte, como utilizar máscaras, já co-

meçam a ser discriminadas por aqueles que fazem a sua parte. Ele cita como exemplo quando uma pessoa sem máscara se aproxima de alguém, ela imediatamente se afasta, e isso tem consensado as pessoas.

“Esse é o momento de cada um fazer a sua parte para que a gente consiga sair dessa. Entrar no novo normal e esperar que a vacina seja descoberta o mais rápido possível. A gente vê vários estudos em diversos países para que a gente retome nossas atividades, eu vejo que todo mundo pode crescer nessa pandemia, como pessoa e ser humano”, disse.

AGILIDADE

Empresários já podem fazer pedidos do FCO pela internet

Thielli Bairros - Sedec MT

Mato Grosso já iniciou o processo de digitalização das cartas-consulta para contratação de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (FCO). O Estado é o primeiro a digitalizar os pedidos em todo o Brasil. O sistema estadual será integrado com o do Banco do Brasil e fará com que as cartas-consulta sejam totalmente preenchidas pela internet através do endereço www.fco.sedec.mt.gov.br.

De acordo com dados da Coordenadoria de FCO Empresarial e Rural da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sedec), 40% das cartas-consulta retornavam por erros no preenchimento ou falta de informações relevantes, pois era documento facilmente editável e não exigia preenchimento obrigatório.

“Mato Grosso está mais uma vez na vanguarda com este projeto totalmente desenvolvido pelos servidores da Sedec, equipe muito técnica e eficiente. Sob o comando do go-

vernador Mauro Mendes, seguimos com o compromisso de trazer celeridade aos processos e mais possibilidade de acesso aos recursos do FCO”, disse César Miranda, secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico.

O FCO é um financiamento de investimento fixo, com ou sem capital de giro associado, para implantação, ampliação, modernização ou realocação de empreendimentos dos setores mineral, industrial, agroindustrial, turístico, infraestrutura econômica, comercial e de serviços na Região Centro-Oeste.